

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Inquérito Civil nº MP 14.0716.0002929/2019-6

Representante: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Representado: Vinícius Almeida Camarinha

Assunto: Improbidade Administrativa – violação a princípios- artigo 11 da LIA

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

COLENDO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**DOUTOS PROCURADORES DE JUSTIÇA CONSELHEIROS**

Cuida-se de inquérito civil instaurado com base em expediente encaminhado pelo Colendo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, contendo cópia da decisão proferida nos autos do Processo TC 002383/026/15, a fim de se apurar eventual cometimento pelo representado de atos de improbidade administrativa, na modalidade violação a princípios da Administração Pública.

Consta da representação, conforme decisão da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos autos do Processo TC 002383/026/15, as seguintes irregularidades (fls. 41/46):

a) Insuficiente aplicação dos recursos na educação:

A instrução da matéria revelou que o Município de Marília aplicou tão somente 24,07% dos recursos advindos na arrecadação e transferência de impostos na educação.

b) Irregularidade no recolhimento dos encargos sociais – IPREMM (Instituto de Previdência do Município de Marília):

A Inspeção registrou que a Administração encontrava-se em débito com os recolhimentos próprios ao RPPS, referente ao período de fevereiro a dezembro de 2015, no importe de R\$ 17.484.263,06.

c) Desequilíbrio fiscal, devido aos resultados orçamentário e financeiro negativos.

Apontou-se que, prevendo uma arrecadação superior a R\$ 623 milhões, ocorreu um déficit de 20,91%, ou seja, o ingresso de receitas ficou abaixo do esperado em R\$ 107.832.679,06.

Com orçamentos superdimensionados, o município deu margem à emissão de empenhos sem lastro financeiro, havendo endividamento municipal.

Indicou que, não obstante a má formulação do instrumento orçamentário, houve abertura de créditos adicionais e realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições que atingiram 15,13% do plano inicial (R\$ 96.787.000,00), prática que se somou aos equívocos de planejamento e descaracterização da peça de programação da aplicação dos recursos.

Apontou, ainda, que o resultado do período foi prejudicial ao equilíbrio fiscal, uma vez que o Município vinha de déficit financeiro (em 2014, de 4,30 %) e precisava constituir superávits primário e nominal, visando ao pagamento de dívidas e ao equilíbrio entre receitas e despesas.

Assim, teria ocorrido um aprofundamento do resultado financeiro, constituindo em negativos de R\$ 89.602.872,32.

Evoluiu-se a representação de fls. 07/102 para o presente procedimento investigatório (fls. 103).

Digitalizou-se a portaria inaugural de fls. 02/04, inserindo-a no SIS MP Integrado (cf. certificado às fls. 104).

Requisitou-se ao Presidente da Câmara Municipal de Marília o envio de cópia integral do Processo TC-002383/026/15 (fls. 105). Resposta encaminhada em mídia (fls. 109/110).

Adveio ao inquérito civil expediente encaminhado pelo E. TCE/SP (fls. 111/132).

Oficiou-se ao Ex-Prefeito Municipal de Marília, Vinícius Almeida Camarinha, solicitando o envio de informes acerca dos fatos (fls. 133/134), cuja resposta foi acostada às fls. 138/152.

Solicitou-se perícia junto ao CAEx (fls. 153/154). Parecer Técnico às fls. 163/172.

Este o relatório.

Da análise dos autos, depreende-se que nada há que justifique outra providência a cargo desta Promotoria do Patrimônio Público, sendo o arquivamento a medida adequada, consoante a seguir exposto.

Com efeito, as contas relativas ao exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Marília foram rejeitadas, de acordo com o apurado pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos autos do Processo TC 002383/026/15, por três causas: insuficiente aplicação dos recursos na educação, irregularidade no recolhimento dos encargos sociais no IPREMM (Instituto de Previdência do Município de Marília) e desequilíbrio fiscal, haja vista os resultados orçamentário e financeiro negativos.

Em face da r. decisão, foram interpostos Embargos de Declaração, que foram rejeitados (fls. 51/65).

Contudo, o Tribunal Pleno da Corte de Contas Paulista deu provimento ao pedido de Reexame interposto por Vinícius Almeida Camarinha, à época Prefeito de Marília (cf. fls. 74/101).

Ocorreu o trânsito em julgado em 19 de fevereiro de 2019 (fls. 102).

O representado Vinícius Almeida Camarinha, Ex-Prefeito de Marília, em resposta de fls. 138/140, instruída com os documentos de fls. 142/152, aduziu que as contas anuais relativas a 2015 foram aprovadas pelo TCE/SP.

Pontuou que a aplicação dos recursos em educação foi cumprida, no percentual de 25,29%, esclarecendo, no tocante às supostas irregularidades no recolhimento dos encargos sociais do IPREMM, ter havido parcelamento em novas condições, reduzindo *“o nível de endividamento perante a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional”* (cf. item 6 de fls. 139).

Asseverou que as dívidas tributárias e previdenciárias foram regularizadas, e que o desequilíbrio fiscal e o déficit orçamentário e financeiro foram afastados, de acordo com o apontado pelo Tribunal de Contas do Estado.

Consoante teor do Parecer Técnico elaborado pelo CAEx, elaborado com base no quanto apurado pelo TCE/SP, *“a verificação efetiva também depende da realização de auditoria*

que somente o Tribunal de Contas ou eventual Auditor do Município possui capacidade” (item 4 de fls. 170).

Esses são os elementos de informação aos autos colacionados, sendo o arquivamento a medida adequada.

Isso porque não se verifica a existência de dolo ou má-fé a ensejar a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, em quaisquer de suas modalidades.

Com efeito, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) impõe a ação planejada da Administração Pública, visando ao cumprimento da gestão fiscal equilibrada, de acordo com disposto em seu artigo 1º, § 1º *in verbis*:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no [Capítulo II do Título VI da Constituição](#).

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

In casu, o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aprovou as contas relativas ao exercício de 2015, não se vislumbrando, outrossim, ilegalidade qualificada a ponto de ensejar a responsabilidade do representado por atos de improbidade administrativa, em quaisquer de suas modalidades.

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*Ação civil pública. Improbidade administrativa. Prefeito que não se acautela contra desequilíbrio orçamentário como exigido pelo art. 1º, § 1º, da LRF. Prefeito que deixa restos a pagar sem disponibilidade orçamentária em desobediência ao disposto no art. 42 da LRF. Infração de irresponsabilidade fiscal que não autoriza ipso facto o reconhecimento de improbidade nos termos do art. 11 da LIA. Autonomia entre os subsistemas nos termos do art. 73 da LRF. **Necessidade de prova da realidade da infração e do dolo a ela inerente.** Ônus da prova que compete ao autor, não obstante a reprovação das contas pelo TCE. Inexistência de prova dos alertas do TCE. Inexistência de prova da natureza e das características das despesas ditas excessivas ou proibidas. Elementos de convencimento insuficientes. **Déficit e valores a descoberto de pouca monta, sem comprovado comprometimento permanente das finanças municipais.** Improcedência da ação ora proclamada. Recurso provido. (TJ-SP - APL: 02535631320098260000 SP 0253563-13.2009.8.26.0000, Relator: Luis Fernando Camargo de Barros Vidal, Data de Julgamento: 02/09/2013, 4ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 17/09/2013) (com grifos).*

Conclui-se, assim, a carência de provas indiciárias a evidenciar a prática de atos ímprobos, maneira pela qual não se justifica o prosseguimento do presente inquérito civil, já que esgotadas as diligências cabíveis.

Como é sabido, nem toda ilegalidade, por si só, é suficiente à demonstração da existência de ofensa aos princípios da administração pública traçados no art. 37, “caput” da Constituição Federal.

Ou seja, quando algum ato ilegal é praticado, mister verificar se houve culpa ou dolo, se houve um mínimo da má-fé que revele realmente a presença de um comportamento desonesto, já que a improbidade administrativa “é mais que mera atuação desconforme com a

singela e fria letra da lei" (Marino Pazzaglini Filho, "Lei de Improbidade Administrativa Comentada", 2ª ed., SP: Atlas, p. 18).

A improbidade prevista no artigo 11 da Lei nº 8.429/92 exige a presença do dolo, ao menos genérico, para sua caracterização, o que não restou demonstrado após concluídas as investigações, consignando-se, ademais, a aprovação das contas pela Corte de Contas Estadual.

Diante de tal contexto e não havendo outras providências a serem adotadas por esta Promotoria do Patrimônio Público, a promoção de arquivamento dos autos é medida que se impõe.

Posto isso, promove-se o arquivamento deste inquérito civil, sem prejuízo da superveniência de novos elementos probantes.

No prazo legal, determina-se o envio dos autos ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público para análise e homologação deste, e/ou outras providências que se houver por bem determinar.

Marília, 30 de março de 2021.

ORIEL DA ROCHA QUEIROZ
9º Promotor de Justiça de Marília
Patrimônio Público

Gustavo Loureiro Capelosa
Analista Jurídico



Documento assinado eletronicamente por **ORIEL DA ROCHA QUEIROZ, Promotor de Justiça**, em 30/03/2021, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **2443299** e o código CRC **5BBAA8DF**.